

Porque 3 de março é decisivo para nós, servidores da Unesp

A próxima terça-feira, 3 de março de 2020, será um dia decisivo para o funcionalismo público paulista, pois a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 18/2019, um dos dois instrumentos da Reforma da Previdência do governo Doria, será votada em segundo e último turno. Uma tentativa desta votação ocorreu no dia 19/2. Porém, nossa pressão nas galerias da Assembleia Legislativa (Alesp) e a atuação aguerrida de deputados e deputadas, principalmente das bancadas do PSOL e do PT, foram capazes de barrar a máquina oficial que tentava aprová-la por todos os meios de que dispunha, não permitindo aos governistas uma segurança de que teriam os votos que precisavam para liquidar a fatura.

A PEC 18 foi aprovada em primeiro turno na terça-feira, 18/2, tendo exatamente o número mínimo necessário para a sua aprovação, 57 votos favoráveis. Se apenas um desses/as 57 deputados/as tivesse se absterido de votar, ou estivesse ausente no plenário da Alesp, a PEC não teria sido aprovada! Nem era preciso votar contra a reforma do Doria. Isto seria o mínimo que poderíamos esperar de alguns deputados que se autoproclamam defensores da Unesp, como é o caso do deputado Fernando Cury, presidente da, assim chamada, FrentUnesp.

Embora não seja possível identificar com precisão, muitos dos votos favoráveis à Reforma da Previdência – segundo declararam alguns dos deputados e deputadas que nos apoiaram – foram dados em troca da liberação de recursos para suas próprias emendas, fator importante nas campanhas eleitorais daqueles que são candidatos/as à prefeitura de cidades do interior, ou dos/as que apoiam candidaturas locais. Por outro lado, vários votos contrários e/ou abstenções certamente aconteceram também levando em conta cálculos eleitorais. Afinal, os deputados/as poderiam perder votos traindo a confiança dos funcionários públicos.

Houve muita luta política, judicial e até enfrentamentos físicos entre deputados e deputadas da situação e oposição durante as sessões do plenário. Vários deputados/as governistas ofenderam verbalmente os funcionários públicos presentes, classificando-os como vagabundos, além de outros xingamentos muito parecidos com aqueles usados pelo governador Doria e pelo ministro da Economia quando se referem ao funcionalismo público, e em especial às professoras e professores.

Na avaliação das entidades representativas dos funcionários públicos estaduais, com a qual a Diretoria da Adunesp Central concorda, nossa chance de barrar



Manifestação na Alesp em 19/3, durante sessão plenária que tinha na pauta a PEC 18

essa reforma – que nos sequestra direitos duramente conquistados, confisca nossos salários, aumenta idade mínima e a alíquota de contribuição mensal, suprime quinquênios – depende do nosso comparecimento massivo à Alesp nesta terça-feira, dia 3/3 (*concentração a partir das 14h*), promovendo uma grande manifestação e mostrando aos deputados e deputadas que quem votar contra o funcionalismo público paulista, pela aprovação desta reforma, não voltará! Não terá nossos votos, nem agora em suas campanhas para as prefeituras, nem para a próxima legislatura. Infelizmente muitos parlamentares só se sensibilizam se a contabilidade eleitoral lhes for desfavorável, e precisamos, todas e todos, estarmos no dia 3/3 na Alesp para convencê-los/as que...

**QUEM VOTAR CONTRA O FUNCIONALISMO,
NÃO VOLTA PARA A ALESP!**